

PODER

Após Departamento de Estado acusar STF de tomar medidas contrárias aos valores democráticos, ministério diz que órgão norte-americano "distorce" decisões da Corte

Itamaraty rebate EUA por críticas ao Supremo

» LUANA PATRIOLINO

O Ministério das Relações Exteriores reagiu às críticas feitas pelo Departamento de Estado americano ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), após o magistrado ter suspenso a plataforma de vídeos Rumble no Brasil.

Por meio das redes sociais, o Departamento de Estado dos EUA acusou o Brasil de tomar medidas "incompatíveis com valores democráticos" em referência a recentes decisões judiciais de Moraes.

"O respeito à soberania é uma via de mão dupla com todos os parceiros dos EUA, incluindo o Brasil. Bloquear o acesso à informação e impor multas a empresas sediadas nos EUA por se recusarem a censurar indivíduos que lá vivem é incompatível com os valores democráticos, incluindo a liberdade de expressão", diz a nota divulgada pela diplomacia americana, que não cita o ministro.

Em resposta, o Itamaraty disse ter recebido a declaração com "surpresa" e que o Departamento de Estado norte-americano "distorce" as decisões do STF.

"A manifestação do Departamento de Estado distorce o sentido das decisões do Supremo Tribunal Federal, cujos efeitos destinam-se a assegurar a aplicação, no território nacional, da legislação brasileira pertinente, inclusive, a exigência da constituição de representantes legais a todas as empresas que atuam no Brasil", frisou. "A liberdade de expressão, direito fundamental consagrado no sistema jurídico brasileiro, deve ser exercida, no Brasil, em consonância com os demais preceitos legais vigentes, sobretudo os de natureza criminal."

No último dia 21, Moraes determinou o bloqueio do Rumble no Brasil, após a empresa ser intimada a indicar representantes legais no país, como prevê o Marco Civil da Internet, e cumprir a determinação.

Também neste mês a Rumble apresentou à Justiça dos Estados Unidos uma ação contra

Gustavo Moreno/STF



Apesar de não citar Moraes, a crítica do Departamento de Estado dos EUA é direcionada ao ministro

Memória

Desobediência

O ministro Alexandre de Moraes, do STF, determinou o bloqueio da plataforma de vídeos Rumble no Brasil afirmando que a rede social cometeu "reiterados, conscientes e voluntários descumprimentos das ordens judiciais, além da tentativa de não se submeter ao ordenamento jurídico e ao Poder Judiciário

brasileiros". O magistrado havia exigido que a empresa indicasse um representante no Brasil. Além disso, tinha pedido a suspensão da conta do blogueiro bolsonarista Allan dos Santos, foragido da Justiça brasileira e alvo de um mandado de prisão preventiva por disseminação de desinformação e ataques a ministros do STF. Em março do ano passado, os EUA negaram um pedido de extradição feito pelo Brasil.

Moraes por censura. O processo foi aberto em conjunto com o grupo de comunicação Trump Media & Technology Group, do presidente dos EUA, Donald Trump, e pede também que as ordens do ministro do STF para a derrubada de contas de usuários não tenham efeito legal no país norte-americano.

Também ontem, o Comitê Judiciário da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos aprovou um projeto de lei com medidas que podem barrar a entrada de Moraes no país.

A proposta, batizada de "No Censors on our shores act" (sem censuras em nosso território), estabelece a deportação e o veto de

entrada nos EUA a qualquer estrangeiro que atue contra a liberdade de expressão.

O texto foi chancelado por deputados do Partido Republicano, de Trump, e avançou para análise do plenário da Casa — que tem maioria de parlamentares da legenda conservadora. Segundo o comitê, a medida responde a decisões judiciais internacionais que, na visão dos congressistas, ameaçam a liberdade de expressão. O caso de Moraes foi citado como um dos principais exemplos.

Assim, a proposta aprovada "tornaria as autoridades estrangeiras que violassem os direitos da Primeira Emenda dos americanos inadmissíveis e deportáveis dos EUA".

"Autoridades de governos estrangeiros que tentaram silenciar americanos nos Estados Unidos não deveriam poder voltar e visitar suas confortáveis casas de férias nos Hamptons ou em Miami Beach", publicou a conta oficial do Comitê do Judiciário dos EUA no X.

Em reunião do Brics, recados para Trump

» VICTOR CORREIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva usou a reunião de **Sherpas** dos Brics para criticar o aumento do protecionismo no mundo e as táticas agressivas de negociação no cenário internacional — em referência à mudança na política externa dos Estados Unidos sob o presidente Donald Trump.

"Quem aposta no caos e na imprevisibilidade se afasta dos compromissos coletivos que a humanidade precisa urgentemente assumir. Negociar com base na lei do mais forte é um atalho perigoso para a instabilidade e a guerra", sustentou Lula, que participou da reunião no Palácio do Itamaraty. O evento reuniu representantes diplomáticos dos 20 integrantes do bloco, entre membros plenos e parceiros.

Ao assumir o governo dos EUA, Trump adotou uma postura agressiva, ameaçando com tarifas e até aludindo a invadir o Canadá, o Panamá e a Groenlândia. Diplomatas avaliam que a retórica é uma estratégia de negociação com os países ameaçados. O mesmo é feito com ameaças de taxaço.

Trump já endureceu tarifas de importação contra outros países, que afetam, inclusive, o Brasil. A taxa de 25% sobre a importação de aço, por exemplo, preocupa as siderúrgicas brasileiras. Ele também ameaçou taxar em 100% os países do Brics caso o bloco avance na discussão pela desdolarização de seu comércio.

Ricardo Stuckert / PR



O presidente Lula participou do evento, com representantes dos 20 países, no Palácio do Itamaraty

Preparação

Sherpas são representantes diplomáticos dos países, que vão conduzir as reuniões preparatórias para a Cúpula de Chefes de Estado do bloco, em 6 e 7 de junho no Rio de Janeiro. O nome vem dos guias que ajudam montanhistas a escalarem o Monte Everest, o mais alto do mundo.

Lula também criticou essa atitude em seu discurso e prometeu seguir com a criação de sistemas que permitam aos membros do Brics negociarem entre si em suas próprias moedas — o que atualmente depende do uso do dólar e dos sistemas

financeiros criados pelos Estados Unidos, como o Swift.

"A atual escalada protecionista na área do comércio e investimentos reforça a importância de medidas que busquem superar os entraves à nossa integração econômica. Aumentar as opções de pagamento significa reduzir vulnerabilidade e custos", argumentou Lula.

O chefe do Executivo também citou os esforços do Brasil e da China para tentar negociar uma paz na guerra entre Rússia e Ucrânia e defendeu que a situação na Faixa de Gaza precisa ser resolvida com a participação de todos os países do Oriente Médio. Na avaliação dele, a maior prioridade para o bloco é a reforma da governança global, de órgãos como o Conselho de

Segurança das Nações Unidas. "Mudanças vertiginosas no cenário internacional tornam essa convocação ainda mais necessária", enfatizou.

Ele também criticou os ataques de Trump à Organização Mundial da Saúde (OMS) — o republicano anunciou a saída dos Estados Unidos do órgão e cortou o financiamento norte-americano a programas como o combate à aids e a outras doenças infecciosas.

"Sabotar os trabalhos da OMS é um erro com sérias consequências. Fortalecer a arquitetura global de saúde, com a OMS em seu centro, é fundamental para garantir o justo e equitativo acesso aos medicamentos e vacinas necessários ao desenvolvimento sustentável de nossos países" argumentou o petista.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



Lula vive seus piores momentos no poder

Quando o ex-ministro José Dirceu foi defenestrado da Casa Civil pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no auge da crise do Mensalão, em 16 de junho de 2005, parecia que o governo petista nem terminaria o mandato, tal a pressão que sofria no Congresso, na opinião pública e na mídia. No dia seguinte, José Dirceu voltou à Câmara, para a qual havia sido eleito deputado mais votado do país, num contexto em que sua cassação já parecia irreversível.

O petista estava resignado com a situação, disposto a lutar por seu mandato, mas sem muitas esperanças: "Eu sei que vão cassar meu mandato, mas vou lutar por ele". Indagado sobre a situação do PT, delicadíssima, por causa do depoimento de Duda Mendonça, que admitiu ter recebido recursos para campanha no exterior, fez um comentário que a vida viria a comprovar algumas vezes: "O PT vai sobreviver, por causa do Lula e da sua militância". Foi o que aconteceu, Lula foi reeleito e elegeu Dilma Rousseff, que foi reeleita depois da crise de 2013, mas não entendeu o recado das ruas e sofreu o impeachment. O petista voltou ao poder nas eleições de 2022, depois de condenado pela Lava-Jato, passar mais de 500 dias preso e ter a condenação anulada pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Dirceu passou três anos e meio na cadeia, somadas as três prisões que sofreu, sem nunca aceitar as acusações. Agora, está de volta à cena política, com todos os seus direitos políticos recuperados no Supremo. Ao completar 79 anos, retornou aos bastidores da política nacional e ainda exerce grade influência no PT, porém sua volta ao estado-maior do presidente Lula é improvável. Talvez seja mais fácil um voo de fênix de São Paulo para a Câmara dos Deputados, em Brasília.

Como Dirceu, nove entre 10 quadros históricos do PT têm consciência de que o presidente Lula vive o seu pior momento, mas pouco podem fazer, a não ser lutar para que o PT adote uma política mais ampla. Lula não os escuta mais. O acesso ao presidente da República é controlado por Rui Costa (Casa Civil); seu discurso político, por Sidônio Palmeira (Comunicação). Janja da Silva, a primeira-dama, cuida da rotina de Lula e influencia certas decisões políticas.

Aumenta a desaprovação

O levantamento da Quaest, divulgado ontem, confirma a tendência apontada em pesquisas anteriores (Datafolha, Paraná e CNT/MDA) de queda da popularidade de Lula, reprovado por 50% ou mais dos eleitores em 8 estados pesquisados. A desaprovação supera os 60% em SP, RJ e MG, e a aprovação cai mais de 15 pontos na BA e em PE, estados onde Lula venceu as eleições em 2022.

A Quaest, contratada pela Genial Investimentos, entre 19 e 23 de fevereiro, abrange Bahia, Goiás, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo. A margem de erro é de três pontos em sete estados, com a exceção de SP, em que é de dois pontos para mais ou menos.

Em São Paulo, a situação é dramática. A desaprovação de Lula subiu 14 pontos, de 55% em dezembro de 2024, para 69% no levantamento divulgado nesta quarta-feira. A aprovação caiu de 43% para 29%. No Rio de Janeiro, 64% desaprovam a gestão de Lula, enquanto 35% aprovam. Em Minas Gerais, a desaprovação chega a 63%, crescimento de 16 pontos em relação aos 47% registrados em dezembro de 2024. A aprovação caiu 17 pontos: de 52% para 35%.

Esse é o Triângulo das Bermudas da política brasileira, onde naufragam candidaturas e surgem os surfistas de ondas gigantes. Para agravar a situação, a retaguarda de Lula também está vulnerável. Na Bahia, a desaprovação superou numericamente a aprovação pela primeira vez: 51% desaprovam, enquanto 47% aprovam o governo federal. Houve crescimento de 18 pontos entre os que avaliam negativamente o petista e queda de 19 pontos entre aqueles que aprovam.

Pernambuco, sua terra natal, tem uma situação também inédita: a desaprovação supera a aprovação por 50% contra 49%, dentro da margem de erro, que é de três pontos para mais ou menos. Em dezembro de 2024, a desaprovação era de 33%, aumento de 17 pontos para a pesquisa desta quarta, enquanto a aprovação era de 66% e sofreu queda para 49%, recuo de 16 pontos.

É cedo ainda para concluir que Lula virou um pato manco e precisa sair de cena. Sua volta ao poder em 2022 se deu em condições muito mais difíceis. Como em 2005, Lula tem a caneta cheia de tinta, o governo é a forma mais concentrada de poder; mesmo um mau governo, normatiza, arrecada e coage. Não à toa, o ex-presidente Jair Bolsonaro, com todo o ônus dos mais de 700 mil mortos na pandemia, quase conseguiu se reeleger.

Dois fatores adversos são determinantes na conjuntura: uma mudança estrutural de contexto político, econômico e social, para a qual Lula não estava preparado; e seu erro de direção política, que desconectou o governo daqueles 40% que formavam a antiga "maioria silenciosa" da população, que já não é tão silenciosa assim por causa das redes sociais. Com a volta de Donald Trump à Presidência dos Estados Unidos, a trajetória da extrema-direita no mundo é ascendente, e a esquerda perde força. Aqui pode não ser diferente.